



Grampo d'Á; o tom da posse de Asfor Rocha na presidÃancia

ImplÃcita e explicitamente, as escutas telefÃnicas legais e ilegais foram o principal assunto na posse do ministro Cesar Asfor Rocha na PresidÃancia do Superior Tribunal de JustiÃça nesta quarta-feira (3/9). Advogados, juÃzes e membros do MinistÃrio PÃblico discutiam um sÃ assunto: o grampo da conversa entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, e o senador DemÃstenes Torres (DEM-GO), divulgado pela revista *Veja* no fim de semana.

O novo presidente do STJ prestou solidariedade ao ministro Gilmar Mendes e disse que o grampo que captou sua conversa â?projeta sobre todos nÃs uma sombra de preocupaÃÃo e desconfianÃaâ?. Segundo Asfor Rocha, â?nada deve se sobrepor a prontas intervenÃÃes para impedir que prÃticas ilegais de escutas telefÃnicas clandestinas ponham em risco o equilÃbrio institucionalâ?.

De acordo com Asfor Rocha, â?Ã preciso saber que a inocÃncia das pessoas Ã pressuposto sagrado, que a boa fama de muitos homens Ã freqÃentemente o seu Ãnico patrimÃnio, que a verdade nÃo aparece pelo castigo, nem se faz justiÃça alimentando impulsos egoÃsticos ou afagando expectativas de vinditas que podem atÃ ter explicaÃÃo psicolÃgica, mas nÃo jurÃdicaâ?.

Nos discursos que antecederam a posse, o tom nÃo foi diferente. Na mesa composta pelos presidentes do trÃs poderes, o procurador-geral da RepÃblica, Antonio Fernando de Souza, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, discorreram sobre a garantia do Estado de Direito em uma Ãpoca onde as interceptaÃÃes telefÃnicas sÃo a base de grande parte das investigaÃÃes policiais.

Para Antonio Fernando, alguns abusos verificados em investigaÃÃes nÃo podem comprometer todo o trabalho das instituiÃÃes. De acordo com o procurador-geral, Ã importante refrear e punir os exageros e as irregularidades, mas isso nÃo pode servir de desculpa para acabar com importantes instrumentos que auxiliam na investigaÃÃo. NÃo falava abertamente de grampos, mas se referia a eles.

O procurador reclamou que, â?diante das recentes notÃciasâ?, muitos apresentam propostas que â?dificultamâ? o trabalho de investigaÃÃo. â?NÃo hÃ Estado de Direito sem combate Ã criminalidade. Impunidade nÃo combina com democraciaâ?, disse.

O presidente da OAB, Cezar Britto, citou o grampo feito contra o presidente do Supremo, afirmou que ninguÃm estÃ; a salvo de ser grampeado e que o episÃdio Ã tÃo grave que exige a adoÃÃo de um pacto entre os trÃs poderes em defesa das garantias fundamentais. E criticou o raciocÃnio, que encontra cada vez mais adeptos, de que a lei e o devido processo legal atrapalham o combate ao crime e que, em nome da eficÃcia operacional, Ã admissÃvel descumpri-los.



Britto se disse assustado com o fato de a tese encontrar voz no próprio Judiciário, a ponto de um magistrado sustentar que leis civilizadas só fazem sentido em países civilizados, excluindo desse rol o Brasil. O presidente da OAB se referiu a declaração que o juiz Fausto Martin De Sanctis deu à CPI das Escutas há poucas semanas.

De acordo com Cezar Britto, as autorizações de interceptações telefônicas, segundo avaliação de autoridades do próprio Estado, já colocam sob o império do grampo de 10 a 30 milhões de cidadãos, como se criminosos fossem.

Clique [aqui](#) para ler o discurso do ministro Asfor Rocha e [aqui](#) para ler o discurso do presidente da OAB.